



**ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA FIM**  
**Especialidade/Requisito: Bacharel em Direito**

**INFORMAÇÕES**

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
2. A prova é composta de 60 questões objetivas.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada no cartão-resposta.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas nesse sentido aos aplicadores de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica transparente de tinta **preta ou azul**, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação e seguindo as orientações do cartão-resposta para o preenchimento.
7. Nas salas de prova e durante a realização desta, não será permitido ao candidato: manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets etc.), devendo acomodá-los no saco plástico fornecido pelo aplicador para este fim. O candidato que estiver portando qualquer desses instrumentos durante a realização da prova será eliminado do Concurso Público. É proibido usar bonés, gorros, chapéus e semelhantes, bem como alimentar-se dentro da sala, com exceção de barras de cereal ou chocolate e água sem rótulo. Também é proibido comunicar-se com outro candidato, usar a calculadora e equipamentos similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- 7.1 Se você não recebeu um saco plástico para acomodar seus pertences, solicite-o ao fiscal.
8. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões, além da transcrição das respostas para o cartão-resposta.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização e entregue o caderno de prova e o cartão-resposta.
10. O candidato somente poderá retirar-se da sala após 2 (duas) horas do início da prova, devendo, obrigatoriamente, entregar o caderno de provas e o cartão-resposta devidamente assinado ao fiscal de sala.

**Duração total da prova: 4 horas**

✂-----

**RESPOSTAS**

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.



EM BRANCO

**LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Leia o texto a seguir.

**Overdose de demagogia**

Um experimento científico clássico sintetiza bem o que a ciência sabe sobre dependência de drogas. Trata-se de uma pesquisa com camundongos publicada em 1981 pelo cientista canadense Bruce Alexander. Alexander sabia que experimentos anteriores tinham demonstrado o terrível potencial destrutivo de certas drogas – em alguns casos, os ratinhos, presos em jaulas com farta disponibilidade de opiáceos, chegavam a morrer de inanição, porque se drogavam a ponto de esquecer de comer.

Pois o canadense resolveu reproduzir essas pesquisas, mas mudando um detalhe: a jaula. Em vez de engaiolar as cobaias sozinhas num espaço ínfimo, sem nenhuma distração, ele construiu o que ficou conhecido como o Rat Park: uma área 200 vezes maior que as jaulas tradicionais, com rodinhas, túneis, cheiros, cores e 15 camundongos para interagir. Alexander descobriu que os ratinhos do Rat Park normalmente perdiam o interesse nas drogas e iam curtir a vida. Drogas são destrutivas. Mas só quando o usuário não tem motivação para largá-las. Algo que sirva de incentivo para viver.

Revista ÉPOCA. Paradoxos e contradições, 7/11/16, p. 60. (Excerto).

Os diferentes gêneros textuais apresentam combinações de sequências também diversas, de acordo com a função que exercem e seus contextos de circulação. O texto lido apresenta, considerando-se sua intencionalidade discursiva, predominância de

- A) argumentação.
- B) exposição.**
- C) explicação.
- D) instrução.
- E) narração.

2. O texto a seguir é o excerto de uma entrevista concedida pela antropóloga Lilia Schwarcz para a Revista da Cultura.

**Lilia, uma antropóloga como você, que se debruça sobre a história intrincada do Brasil, se permite ter esperanças?**

Muita! Não parece, mas o *Brasil: Uma biografia* é um livro muito esperançoso. A Heloisa [Starling] e eu sempre dissemos que é uma biografia, porque, como todo personagem, tem momentos que a gente gosta do Brasil, tem momentos que a gente não gosta. Tem momentos que a gente aposta e tem momentos que não aposta tanto. O que é interessante é que, quando nós estávamos terminando o livro, a gente sabia que as coisas estavam acontecendo. O livro é muito esperançoso, porque a gente diz aí: “Um novo capítulo da república vai começar”. E a gente diz: “A democracia vai muito bem, está muito forte, constituída, segura, saudável; a república é que vai mal”. E conversando com a Heloisa agora, tenho dito que a gente precisa escrever sobre a democracia, porque eu, particularmente, acho que ela não vai bem.

Revista da Cultura. Entrevista, ed. 107, p. 26.

A leitura da resposta dada pela antropóloga permite inferir que

- A) há uma divergência entre as duas autoras do livro referido sobre democracia.
- B) democracia e república são tratadas como sinônimos no livro referido no texto.
- C) a insatisfação contínua com o Brasil permite que ele seja um personagem de livro.
- D) o livro foi concluído em um momento de calma na democracia brasileira.
- E) ela mudou de ideia a respeito do funcionamento da democracia no Brasil.**

3. O texto a seguir é referência para a próxima questão.

**O discurso universalista dos direitos humanos, construído sobre o paradigma liberal-individualista da modernidade, apresenta limitações no que se refere ao reconhecimento e à concepção positiva da humanidade de determinados grupos historicamente inferiorizados, que são alvo de preconceito, de discriminação e de exclusão.** O objetivo deste trabalho é apontar a perspectiva da interculturalidade como possibilidade para a construção de uma visão de direitos humanos que parta da realidade socio-histórica de América Latina, caracterizada pela pluralidade de culturas, mas que, **todavia**, tem menosprezado certos indivíduos e grupos (**negros, indígenas, mulheres e homossexuais**). Para tal apontamento, faz-se uma análise bibliográfica das bases ideológicas do discurso dominante (**ocidental**) dos direitos humanos, expondo as insuficiências do multiculturalismo e propondo a interculturalidade.

Os resultados finais apontam que a interculturalidade é a saída mais adequada para a efetivação dos direitos humanos na América **Latina**, **pois** abarca as realidades plurais que se apresentam na região e enfrenta a lógica hierarquizadora imposta pelo projeto moderno/colonial, elemento que não é enfrentado pelo multiculturalismo.

Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/47133>>. Acesso em: 15/08/17.

O emprego dos sinais de pontuação contribui para a obtenção de sentido em textos de diversos gêneros, como o resumo de trabalho acadêmico, gênero a que pertence o texto anterior. Assinale a alternativa que contém a análise adequada a esse respeito.

- A) Os parênteses são empregados para revelar generalizações.
  - B) A vírgula que antecede a palavra “pois” é opcional.
  - C) **No primeiro período, há duas orações explicativas.**
  - D) O conectivo “todavia” é isolado por vírgulas para ter seu efeito amenizado.
  - E) As vírgulas empregadas no texto denotam ordem sintática direta.
4. Os períodos a seguir estão em ordem diferente daquela em que foram colocados no texto original, disponível em [http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/4925/n/aventuras\\_de\\_uma\\_cientista\\_portuguesa](http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/4925/n/aventuras_de_uma_cientista_portuguesa), e são referência para a próxima questão.

( 1 ) O projeto, chamado **Inpact**, tem como objetivo o desenvolvimento pré-clínico de fármacos inovadores específicos para determinados tipos de câncer e bactérias patogênicas.

( 2 ) Como parte dessa colaboração, profissionais do ICH estão dando treinamento em divulgação científica a uma jovem pesquisadora portuguesa que veio ao Brasil para expandir seus conhecimentos.

( 3 ) Divulgar a ciência feita nas universidades e outros centros de pesquisa para a sociedade é uma tarefa fundamental para todo cientista.

( 4 ) Para isso, reúne conhecimento e tecnologias provenientes tanto de universidades como de empresas de vários setores, proporcionando um ambiente de cooperação muito propício à criação dos novos fármacos.

( 5 ) Por isso, o Instituto Ciência Hoje colocou toda a sua experiência nessa área à disposição de um projeto internacional que visa à criação de novos fármacos e reúne instituições de cinco países.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo, em que devem aparecer os períodos, a fim de formar um texto coeso e coerente.

- A) **3 – 5 – 2 – 1 – 4.**
- B) 1 – 3 – 4 – 5 – 2.
- C) 2 – 4 – 3 – 5 – 1.
- D) 1 – 5 – 4 – 3 – 2.
- E) 2 – 5 – 1 – 2 – 3.

5. Leia o texto a seguir.

### É impossível distribuir

Quando distribuir torna-se uma questão social e deixa de ser um tema sociológico? Quando uma sociedade quebra porque não consegue distribuir com equidade coisa alguma? Ou melhor, por que a sua engenharia distributiva foi sempre farta e feita de favores, privilégios e presentes para particulares, esquecendo suas obrigações para com os bens e serviços universais? Como foi que chegamos a esse escandaloso modelo de distribuição no qual os ricos enriquecem os políticos e estes os ricos, e todos tornam-se bilionários capazes de comprar a própria competição e, por pouco, não compram o Brasil?

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/roberto-damatta/>>. Acesso em: 2/8/17. (Excerto).

As palavras de uma língua podem ser empregadas em diferentes contextos e ser relacionadas a diversas informações. No texto lido, a palavra **equidade** pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- A) solidariedade.
- B) **justiça.**
- C) arbitrariedade.
- D) assimetria.
- E) idiosincrasia.

6. A sinopse a seguir é referência para a próxima questão.

### O filme da minha vida

Direção: **Selton Mello**

Elenco: **Vincent Cassel, Johnny Massaro, Bruna Linzmeyer, Selton Mello, Ondina Clais, Johnny Massaro**

Serras Gaúchas, 1963. O jovem Tony Terranova precisa lidar com a ausência do pai, que foi embora sem avisar à família e, desde então, não deu mais notícias ao filho. Tony é professor de francês num colégio da cidade, convive com os conflitos dos alunos no início da adolescência e vive o desabrochar do amor. Apaixonado por livros e pelos filmes que vê no cinema da cidade grande, Tony faz do amor, da poesia e do cinema suas grandes razões de viver. Até que a verdade sobre seu pai começa a vir à tona e o obriga a tomar as rédeas de sua vida.

Disponível em: < <http://www.itaucinemas.com.br/filme/o-filme-da-minha-vida>>. Acesso em: 10/08/17.

O acento indicativo de crase ocorre, em língua portuguesa, de maneira geral, para indicar a fusão entre duas ocorrências de “a”. Com base nessa informação, assinale a alternativa que analisa **CORRETAMENTE** essa questão no texto anterior.

- A) Em “obriga a tomar”, não ocorre crase porque o verbo obrigar é transitivo direto.
- B) Em “tomar as rédeas”, não há crase porque ocorre apenas preposição antes de “rédeas”.
- C) Em “Até que a verdade”, não ocorre crase porque a preposição é representada por “Até”.
- D) O trecho “ao filho”, no 2.º período, caso fosse para o feminino, ficaria “à filha”.**
- E) As duas ocorrências de crase do texto decorrem da regência dos verbos “avisar” e “começar”.

7. O texto a seguir faz parte das exemplificações dadas para a elaboração de correspondências oficiais. Leia-o atentamente para responder à próxima questão.

"Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, encaminhado, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal."

ou

"Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste."

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)>. Acesso em: 10/08/17.

Assinale a alternativa que caracteriza adequadamente a elaboração de correspondência oficial com base nos exemplos.

- A) Comprova-se a veracidade de uma correspondência oficial pela abrangência do tema.
- B) O uso de primeira pessoa do singular é desaconselhável para fins de formalidade discursiva.
- C) O emprego de termos mais abstratos e de linguagem mais rebuscada é sinal de formalidade.
- D) Para fins do sigilo exigido por esse tipo de correspondência, deve-se primar pelos implícitos.
- E) Deve-se primar pelo emprego de termos concretos, tema específico e tempo presente.**

### LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 8, 9 E 10.

A música popular perdeu a centralidade que já ocupou na vida brasileira. Os acontecimentos políticos recentes, **que vêm sacudindo o país desde as passeatas de 2013** (1), talvez possam testemunhar esse fenômeno. Eles não provocaram nenhuma reverberação musical, **como se a música não tivesse sido requisitada** (2) como força motriz, potência existencial capaz de lhes dar voz e ampliar seus sentidos. O que se ouve são alguns “gritos de guerra” (em geral bastante velhos e gastos), mas nada que se assemelhe a uma “dimensão musical” propriamente dita. Os acontecimentos históricos não parecem mais ligados a um imaginário musical com um consenso mínimo que seja.

Na hora de “defender a democracia” em praça pública, ou seja, defender uma espécie de bem comum, é Chico Buarque que continua a ser evocado – o que automaticamente reconecta a atualidade com o passado da luta pela democracia, **transmitindo a sensação meio confusa** (3) **de que não há um “novo momento político”** (4), mas a reencenação de antigas batalhas, com os personagens de sempre. Qual será, no futuro, a trilha sonora das imagens de manifestantes **ocupando triunfalmente o Palácio do Planalto** (5)? Racionais? Emicida? Arlindo Cruz? Los Hermanos? Coldplay? Chico Buarque, mais uma vez? A política parece aspirar a certos horizontes coletivos que a música popular não é mais capaz de alcançar.

Disponível em: < <http://piaui.folha.uol.com.br/questoes-musicais/a-ausencia-de-uma-trilha-sonora/>>. Acesso em: 14/08/17.

8. De acordo com o último período do texto, é **CORRETO** inferir que
- A) a música popular no Brasil já esteve mais nitidamente concatenada com a atmosfera social em outros tempos.
  - B) Chico Buarque continua sendo o único vetor político nacional importante com suas letras atuais e inovadoras.
  - C) o atual cenário da música no Brasil está mais alienado que, por exemplo, a Jovem Guarda de Chico Buarque.
  - D) a política no Brasil parece ser atemporal, mas sua ligação com a música deve sempre ser atualizada.
  - E) os artistas de hoje preferem se omitir politicamente, assim suas músicas não carregam mais força política.
9. Sobre a sintaxe das orações destacadas no texto, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A oração reduzida (5) poderia ser desenvolvida com a inserção de qualquer conectivo coordenativo aditivo.
  - B) A oração (4) funciona como complemento nominal da palavra “sensação”, motivo pelo qual é iniciada por preposição.
  - C) A oração (3) aparece em sua forma reduzida, já que seu verbo principal é uma forma nominal, e expressa noção de conformidade.
  - D) A oração (2) é iniciada por dois conectivos, portanto veicula dois valores semânticos: condição e causa.
  - E) As vírgulas que ladeiam a oração (1) são opcionais, e sua ausência não implicaria mudança semântica no período original.
10. Sobre a transitividade do verbo “aspirar”, usado no último período do texto, é **CORRETO** afirmar que
- A) está incorreta, já que se trata de um verbo de ligação que deve ser usado sem preposição.
  - B) está correta, embora a transitividade direta seja fortemente preferida pela norma-padrão.
  - C) está incorreta, já que, com o sentido que expressa, deveria ser transitivo direto.
  - D) está incorreta, já que esse verbo é transitivo direto em qualquer acepção.
  - E) está correta, já que a transitividade indicada para o sentido de “almejar” é a indireta.

## NOÇÕES ELEMENTARES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO

11. O Decreto nº 3.298/1999 regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Sobre o tema, avalie as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. Uma das diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é a de garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.
  - II. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) será constituído, paritariamente, por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, sendo a sua composição e o seu funcionamento disciplinados em ato do Ministro de Estado da Justiça.
  - III. Para os efeitos do Decreto referido no enunciado, considera-se deficiência permanente toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
  - IV. Incluem-se na assistência integral a saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão dessa pessoa.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
12. Analise as assertivas acerca da Disciplina Judiciária prevista no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. Na sessão em que ordenar a instauração do processo disciplinar, o Tribunal Pleno deverá afastar liminarmente o Magistrado do exercício das suas funções, até a decisão final, suspendendo o recebimento dos vencimentos e das vantagens inerentes ao cargo.
  - II. Decretada a prisão civil de Magistrado, o Presidente do Tribunal requisitará ou solicitará, da autoridade que decretou a prisão, cópia do inteiro teor da decisão e das peças necessárias do processo, para conhecimento do Tribunal Pleno.

- III. A atividade censória do Tribunal de Justiça, em qualquer de suas modalidades e em todas as fases do procedimento, se fará sigilosamente, para resguardo da independência e da dignidade do Juiz.
- IV. Com prova nova, o Magistrado poderá requerer ao Órgão que a impôs a revisão da pena disciplinar que lhe tenha sido aplicada, devendo ser liminarmente indeferida a reiteração do pedido que não atender a esse requisito.
- A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.  
B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.  
C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.  
D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.  
E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
13. A Lei nº 1.511/1994 instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual dispõe sobre a criação, elevação, rebaixamento e extinção de Comarcas no âmbito do Estado. Sobre o tema, analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. Um dos requisitos necessários para a criação de uma nova comarca é a prévia correção e parecer da Corregedoria-Geral de Justiça sobre a conveniência e oportunidade da medida.
- II. Para elevação de uma comarca à categoria de segunda entrância, é preciso, dentre outros fatores, haver movimento forense superior a quatrocentos feitos anuais, mediante verificação no relatório do juiz de direito diretor do foro da respectiva comarca.
- III. A distribuição de menos de duzentos feitos por ano pode ensejar o encerramento das atividades da respectiva vara.
- IV. Para a criação de uma nova comarca, é absolutamente indispensável que haja população superior a dez mil habitantes no município ou nos municípios que a integrarão.
- A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.  
B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.  
C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.  
D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.  
E) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
14. Sobre a Lei nº 3.310/2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. Os cargos de provimento efetivo serão organizados em carreira, podendo, ainda, constituir carreira isolada, e providos mediante concurso público.
- II. Os cargos de provimento em comissão envolvem atribuições de direção, assessoramento e assistência superior e são de livre provimento, satisfeitos os requisitos de qualificação fixados em lei ou regulamento, quando cabíveis.
- III. O servidor designado para exercer função de confiança deverá comprovar, antes de iniciar o exercício das funções correspondentes, o atendimento dos requisitos concernentes à probidade administrativa estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.
- IV. O Estatuto permite a prestação de serviço gratuito, independentemente de previsão em lei.
- A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.  
B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.  
C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.  
D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.  
E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
15. Determinado servidor público do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul foi aposentado por invalidez em 15.05.2017. Posteriormente, uma Junta Médica Oficial declarou insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria e, por conta disso, o servidor retornou às suas atividades. Essa situação hipotética se enquadra na seguinte forma de provimento de cargo público, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul:
- A) Nomeação.  
B) Reintegração.  
C) Recondição.  
D) Reversão.  
E) Readaptação.

16. Sobre o regime jurídico das licenças concedidas a servidores públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no termos da Lei nº 3.310/2006, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O servidor público somente poderá permanecer em licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro pelo prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) anos.
- B) A licença-paternidade terá prazo máximo de trinta dias úteis, contados a partir da data do nascimento do filho, sendo vedada sua concessão para casos de adoção ou guarda para adoção.
- C) A licença médica é concedida pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, independentemente do prazo que estiver indicado no laudo ou no atestado médico.
- D) É absolutamente vedada a concessão de licença para o trato de assunto de interesse particular ou para o exercício de atividade de natureza política.
- E) A licença por motivo de doença de pessoa da família somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser comprovado por acompanhamento social.

17. Seguindo as disposições da Lei nº 1.511/2014 que institui o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O exercício efetivo da função de juiz de paz é remunerado e constitui serviço público relevante, assegurando prisão especial em caso de crime de natureza comum até o julgamento definitivo.
  - II. Não podem funcionar, simultaneamente, no mesmo Tribunal, Câmara ou juízo, desembargadores, juízes, jurados, membros do Ministério Público, advogados e servidores da justiça que forem entre si cônjuges ou parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau incluído.
  - III. A promoção de juiz substituto ocorre, como regra, por merecimento, sendo obrigatória a promoção daquele que figurar em lista de merecimento por três vezes alternadas.
  - IV. O expediente diário do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul funciona nos dias úteis, das oito às dezoito horas, de segunda a sexta-feira, exceto no foro extrajudicial, cujo expediente funciona das oito às onze e das treze às dezessete horas.
- A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

18. Em 04.11.2013, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul instituiu o Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário (Resolução nº 98). Sobre suas disposições, analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. É vedado ao servidor aceitar presentes, ainda que se trate de brindes sem valor comercial.
  - II. Não se considera infração ética a participação de servidor público no capital de sociedade comercial, de instituição financeira ou de empresa que negocie com o Poder Público, devendo comunicar o fato ao Setor de Pessoal do Tribunal de Justiça apenas se a participação for superior a cinco por cento do capital da sociedade.
  - III. É absolutamente vedado ao servidor investido em função ou cargo de gestão opinar publicamente sobre o mérito de questão que lhe for submetida, para decisão individual ou em colegiado, mesmo que sejam temas de conhecimento geral.
  - IV. Salvo os casos previstos em lei, a publicidade dos atos administrativos constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão o comprometimento ético.
- A) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

19. Analise as assertivas acerca do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. Exige-se maioria simples do Órgão Especial para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
- II. As Câmaras Cíveis e Criminais reunir-se-ão com, no mínimo, cinco Magistrados.

- III. Somente pelo voto aberto, nominal e fundamentado de dois terços dos Desembargadores, poderá o Órgão Especial decretar a disponibilidade de Desembargador ou de Juiz de primeira instância.
- IV. O Tribunal Pleno e o Órgão Especial deliberarão sobre questão administrativa sujeita à sua atribuição e exercerão a função jurisdicional, no âmbito de sua competência, por maioria simples.
- A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.  
B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.  
C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.  
D) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.  
E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
20. A Lei nº 7.853/1989 dispõe, dentre outros temas, sobre a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público. Sobre o tema, avalie as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. A sentença que concluir pela improcedência do pedido fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, mas produzirá efeitos imediatamente, independentemente da confirmação pelo tribunal.
- II. A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de a pretensão ter sido julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- III. Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.
- IV. Nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas, a intervenção do Ministério Público é facultativa.
- V. As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas por sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.
- A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.  
B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.  
C) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.  
D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.  
E) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Assinale a alternativa **CORRETA** acerca dos Tribunais de Contas.
- A) As garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça não se estendem aos Ministros do Tribunal de Contas da União, pois são privativas de seu cargo.
- B) Apenas o Presidente da República possui competência para a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- C) A Constituição Federal de 1988 exige que, para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, o candidato deve ser brasileiro e, obrigatoriamente, graduado em direito.
- D) Os Tribunais de Contas dos Estados são compostos por nove Ministros.
- E) **Compete ao Tribunal de Contas da União auxiliar o Congresso Nacional no controle externo de receitas públicas.**
22. Sobre o Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) **Em caso de vacância do cargo de Presidente da República, o único sucessor definitivo é o Vice-Presidente.**
- B) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, poderão ser sucessivamente chamados ao exercício da Presidência apenas o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.
- C) O Presidente da República pode ser responsabilizado na vigência de seu mandato por crimes cometidos nesse período, mesmo que sejam estranhos ao exercício das funções presidenciais.
- D) O Presidente da República em exercício será processado pelos crimes eleitorais praticados no curso do seu mandato presidencial ou em razão dele, perante a Justiça Eleitoral.
- E) O Presidente da República, nas infrações comuns, pode ser preso em flagrante ou preventivamente.

23. Assinale a alternativa **CORRETA** em relação ao Estatuto dos Congressistas.

- CABARITO ALTERADO**
- A) Os Deputados e Senadores são invioláveis civil, penal e administrativamente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
  - B) Mesmo depois de extinto o mandato, o parlamentar não poderá ser processado por suas opiniões, palavras e votos proferidos durante o mandato e relacionados ao exercício de suas funções.
  - C) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que esteja investido no cargo de Ministro de Estado.
  - D) Os membros do Congresso Nacional podem ser presos em flagrante, ainda que por crime que admita fiança.
  - E) Os Deputados e Senadores possuem imunidade em relação ao processo penal, a qual abrange, inclusive, os crimes ocorridos durante a diplomação.

24. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O controle difuso de constitucionalidade ocorre por via de ação direta.
- B) O Senado Federal não pode suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal para o fim de atribuição de efeitos *erga omnes*.
- C) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- D) A declaração de inconstitucionalidade pode ser proferida por órgão fracionário de Tribunal, em vista do princípio da presunção de constitucionalidade das leis.
- E) A decisão de declaração de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade de uma norma em controle concentrado não possui efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.

25. O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, preocupado com as repercussões do fechamento de muitos frigoríficos no Estado, resolveu, por decreto, isentar o pagamento de ICMS em relação à carne bovina pelo prazo de um ano.

Acerca da situação hipotética, assinale a opção **CORRETA**.

- QUESTÃO 25 ANULADA**
- A) A medida é inconstitucional, pois a isenção deve ser concedida mediante lei ordinária, desde que observado o princípio da anterioridade.
  - B) Na hipótese de a edição de medidas provisórias ser autorizada pela Constituição Estadual, sendo a isenção concedida por medida provisória, os efeitos seriam imediatos.
  - C) A medida decorre da imutabilidade da espécie tributária, por sua natureza extrafiscal, e a isenção não afronta o princípio da isonomia.
  - D) A medida é inconstitucional, pois a isenção deve ser concedida mediante lei complementar.
  - E) Cabe ao Ministério da Fazenda estabelecer as alíquotas mínimas aplicáveis às operações relativas ao ICMS.

26. Sobre direitos fundamentais e controle de constitucionalidade, assinale a opção **CORRETA**.

- QUESTÃO 26 ANULADA**
- A) São considerados crimes inafiançáveis e imprescritíveis os crimes de racismo, de ações de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e de tráfico ilícito de drogas e afins.
  - B) O direito de propriedade possui eficácia plena, pois são de aplicabilidade direta, imediata e integral.
  - C) Dentre os legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade está o Advogado Geral da União.
  - D) O direito fundamental de reunião é absoluto, prescindindo de qualquer exigência para o seu exercício.
  - E) No controle difuso de constitucionalidade, as câmaras ou turmas dos tribunais estão dispensadas da reserva de plenário se a questão constitucional já tiver sido decidida.

27. Sobre as leis orçamentárias, de fiscalização financeira e orçamentária e sistemas de controle, é **CORRETO** afirmar:

- QUESTÃO 27 ANULADA**
- A) O Tribunal de Contas da União não possui competência para analisar os atos de admissão de nomeação de cargos em comissão.
  - B) A proposta orçamentária do Poder Judiciário deverá ser enviada ao Poder Executivo para consolidação, a fim de encaminhar ao Congresso Nacional para aprovação do Plano Plurianual.
  - C) O princípio da exclusividade objetiva na Lei Orçamentária Anual seja proibida a inserção de quaisquer formas de empréstimo a instituições financeiras por parte da Administração Pública, evitando, assim, as denominadas "caudas orçamentárias".
  - D) O Congresso Nacional pode fazer emendas à Lei Orçamentária Anual, desde que de acordo com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo lícito o aumento de cargos de ministérios.
  - E) Em virtude da autonomia administrativa, financeira, política e auto-organizativa dos municípios, é possível criar tribunais de contas municipais, desde que seja aprovado pela Câmara dos Deputados e esteja prevista na lei orgânica do município.

28. Com relação ao Poder Constituinte Derivado, é **CORRETO** afirmar que

- A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) a Constituição não pode ser emendada mediante proposta da iniciativa popular, como assinala a doutrina majoritária.**
- C) a proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, e, após, caberá ao Presidente da República vetar ou sancionar a proposta de emenda constitucional.
- D) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- E) o Presidente da República vetará emenda constitucional que considere inadequada, cabendo ao Congresso analisar o veto.

29. Sobre a organização da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) As entidades da Administração Pública Indireta não são dotadas de personalidade jurídica.
- B) Os órgãos públicos são unidades abstratas criadas pelo direito e possuem personalidade jurídica.
- C) Sociedade de Economia Mista é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- D) As agências reguladoras são autarquias em regime especial, sendo que os seus servidores efetivos são selecionados por concurso público e são regidos por normas estatutárias.**
- E) As entidades da Administração Pública Indireta são pessoas jurídicas de Direito Privado, enquanto as da Administração Direta são pessoas jurídicas de Direito Público.

30. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ato administrativo é a “declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.”

(PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 203).

Sobre atos administrativos, examine as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
  - II. O atributo da excoercedade, ou também chamado de autoexcoercedade, permite à Administração Pública executar materialmente os seus próprios atos em situações legalmente previstas ou quando se tratar de medida urgente.
  - III. Constatada a realização de um ato administrativo com fim diverso daquele preceituado pela lei, o ato administrativo deverá ser invalidado com base na teoria dos motivos determinantes.
  - IV. Para a regularidade de um ato revocatório, é indispensável que o ato revogado seja válido e perfeito.
- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.**
  - D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

31. Sobre os servidores públicos, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas Pessoal".**
- B) O servidor público provido em cargo público efetivo passa a ser estável depois de decorridos dois anos de efetivo exercício.
- C) O cargo em comissão destina-se apenas às atribuições de direção, chefia, secretaria e assessoramento e é considerado de livre nomeação e exoneração.
- D) É constitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado a seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- E) É possível que edital de certame público preveja o exame psicotécnico para habilitação de candidato em concurso público, prescindindo de lei para tal exigência.

**QUESTÃO 31 ANULADA.**



32. Segundo Yussef Said Cahali, “entende-se a responsabilidade civil do Estado como sendo a obrigação legal, que lhe é imposta, de ressarcir os danos causados a terceiros por suas atividades.”

(CAHALI, Yussef Said. *Responsabilidade Civil do Estado*. 5. Ed. São Paulo: RT, 2014, p. 11).

Sobre o tema de responsabilidade civil do Estado, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A responsabilidade civil do Estado é objetiva, o que significa dizer que, além da culpa ou do dolo, é indispensável, como pressuposto da pretensão ressarcitória, que se comprove o nexo de causalidade e os danos decorrentes da ação ou omissão estatal.
  - II. A Constituição Federal de 1988 prescreve que a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
  - III. Em caso de ação de regresso, o agente público, na condição de réu, terá que comprovar a inexistência de sua culpa ou de seu dolo para evitar possível condenação para ressarcir o dispêndio ocorrido pelo Estado.
  - IV. Caso o dano tenha sido cometido por um agente público, independentemente se estava na qualidade, o Estado deverá ser responsabilizado.
  - V. Ocorrida a condenação do Poder Público para reparar um dano causado a terceiro, decorrente de conduta negligente de um agente público, é dever do Poder Público requerer o regresso contra esse agente causador do dano.
- A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
  - C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas II e V estão corretas.

33. Sobre os atos de improbidade praticados por agentes públicos e sanções aplicáveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.429/92, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Pelas disposições da lei indicada no enunciado, não estão previstos atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefícios financeiros ou tributários, uma vez que tais atos constituem infrações autônomas, previstas em legislações específicas.
- B) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito a outras cominações legais, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- C) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, a autoridade administrativa, responsável pelo inquérito, deverá decretar diretamente a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- D) No caso de enriquecimento ilícito, poderá o agente público ou o terceiro beneficiário perder seus respectivos bens, entretanto é vedado, por expressa disposição legal, perder os valores acrescidos ao seu patrimônio.
- E) Se um agente público pratica um ato de improbidade administrativa, consistente em um enriquecimento ilícito e esse agente é condenado definitivamente pela justiça, os seus sucessores não estão sujeitos às cominações da lei referida no enunciado, diante da aplicação do princípio da personalidade.

34. Marque a alternativa **CORRETA** sobre crime consumado e crime tentado.

- A) Define-se como tentado o crime que, quando ainda não iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- B) Na tentativa perfeita, o agente inicia a execução sem, contudo, utilizar todos os meios que detinha ao seu alcance, e o crime não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.
- C) O critério para diminuição da pena no crime tentado está relacionado com a maior ou a menor proximidade da consumação, quer dizer, a distância percorrida do *iter criminis*.
- D) Os crimes materiais e formais comportam a possibilidade de tentativa, entretanto, no que se refere aos crimes de mera conduta, não é possível sua configuração.
- E) O crime falho, também chamado de tentativa inacabada, é uma espécie de tentativa na qual o agente pratica o fato em erro, ou seja, o agente elabora uma falsa percepção da realidade ao praticar sua conduta.

35. Acerca do dolo e da culpa, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) O Código Penal Brasileiro, ao dispor que o crime é doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, está adotando as teorias da vontade e do assentimento, respectivamente.
- B) O dolo presumido ou dolo *in re ipsa* é uma espécie de dolo que exige comprovação técnica e fática da sua ocorrência no caso concreto e é perfeitamente compatível com os princípios que regem o direito penal, em especial a vedação da responsabilidade penal objetiva.

- C) É possível dizer que o crime culposos, em regra, possui os seguintes elementos: conduta involuntária; violação de um dever de cuidado objetivo; resultado naturalístico involuntário;nexo causal, tipicidade; previsibilidade objetiva e ausência de previsão.
- D) A culpa consciente é aquela em que o agente não prevê o resultado naturalístico e, mesmo assim, realiza a conduta acreditando verdadeiramente que nada ocorrerá.
- E) A culpa própria, também denominada de culpa por extensão ou equiparação, é aquela em que o sujeito, após prever o resultado, realiza a conduta por erro escusável quanto à ilicitude do fato.
- 36.** Acerca das excludentes de ilicitude e culpabilidade, marque a alternativa **CORRETA**.
- A) O policial que, munido de mandado de buscas, reage à injusta agressão e acaba por matar mediante que não atendeu à sua ordem para entregar a arma que possuía e apontava em sua direção, inclusive efetuando um disparo para alvejá-lo, age em estrito cumprimento de um dever legal.
- B) O estado de necessidade agressivo é aquele em que o agente, para preservar bem jurídico próprio ou de terceira pessoa, pratica o ato necessitado contra bem jurídico pertencente a terceiro inocente.**
- C) É isento de pena o agente que, por embriaguez incompleta, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- E) A *vis compulsiva*, elemento da culpabilidade, quando presente em um caso concreto, tem o condão de excluir a potencial consciência da ilicitude do sujeito ativo.
- 37.** Sobre o inquérito policial, ação penal e prova no processo penal, marque a alternativa **CORRETA**.
- A) Não poderá o juiz, em qualquer fase do processo, declarar de ofício a extinção da punibilidade.
- B) Visando à prevenção e à repressão aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, somente o membro do Ministério Público poderá requisitar às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados (como sinais e informações) que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- C) A informação referente à existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência; o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicada pela pessoa presa, deverá ser colhida somente na fase do interrogatório do acusado.
- D) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, dentre outras providências, a autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas até a chegada dos peritos criminais.**
- E) O interesse de agir, uma das condições da ação penal, diz respeito à pertinência subjetiva para a ação.
- 38.** Sobre a prova no direito processual penal, marque a alternativa **CORRETA**.
- A) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, inclusive aquelas que evidenciam nexo de causalidade entre umas e outras, bem como aquelas que puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- B) A confissão será indivisível e irretirável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- C) Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias; entretanto, tal espécie de prova não é aceita nos tribunais superiores por violar o princípio constitucional da ampla defesa.
- D) A prova emprestada, quando obedecidos os requisitos legais, tem sua condição de prova perfeitamente aceita no processo penal; no entanto, ela não tem o mesmo valor probatório da prova originalmente produzida.
- E) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.**
- 39.** “Mais que produzir resultados imediatos, a nova Lei de Acesso à Informação, que entra em vigor nesta quarta-feira, é um marco para um regime de transparência pública e de democratização. A opinião é do pesquisador da FGV Fabiano Angélico, consultor da Controladoria Geral da União (CGU) e do Banco Mundial para a implantação da nova lei. Para ele, a lei só vai funcionar se a sociedade ‘gerar demandas’, cobrando informações de todas as esferas do poder público”.

Considerando o disposto no texto e na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Por envolver apenas as esferas do poder público, as disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam, em nenhuma hipótese, às entidades privadas, sejam elas com ou sem fins lucrativos.
- B) Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com suas diretrizes, sendo uma delas divulgação de informações de interesse público, somente mediante solicitação, a fim de preservar o sigilo de dados.
- C) O acesso à informação de que trata a lei referida no enunciado compreende os direitos de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, à utilização de recursos públicos, à licitação e aos contratos administrativos.
- D) Sendo uma das diretrizes da Lei de Acesso à Informação a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos subordinados ao regime da referida lei, devendo o pedido conter a especificação da informação requerida, dispensando a identificação do requerente.
- E) É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia, e, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua ciência.

40. “O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) que regule e fiscalize o cumprimento dos ritos que devem preceder a internação de adolescentes em conflito com a lei. A sugestão consta em relatório produzido pelo Programa Justiça ao Jovem, do CNJ, sobre o sistema socioeducativo daquele Estado. O documento foi encaminhado às autoridades do Poder Judiciário e Executivo na semana passada. Durante visitas às unidades de internação sul-mato-grossenses, em maio do ano passado, as equipes do CNJ verificaram a inexistência “de fluxo bem definido para as providências previstas no art. 175 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dizem respeito à apresentação ao Ministério Público (MP) e ao Judiciário, pela autoridade policial, do adolescente apreendido em flagrante por ato infracional de natureza grave”.

(Notícia de 14.02.2012. Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58264-justica-ao-jovem-faz-sugestoes-ao-tjms>. Acesso em: 20.08.2017).

Considerando o disposto no texto e as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.
- B) Sendo impossível a pronta transferência para um estabelecimento apropriado, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade.
- C) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, desde que em condições não atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.
- D) Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, não sendo possível a determinação de condução coercitiva, por ausência de previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E) A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, mesmo depois da sentença; iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

41. PHELOMENA ajuizou demanda de indenização por danos morais e materiais em face de JOAQUINA, tendo em vista um acidente de veículo ocorrido em 12.05.2015, no qual ficou comprovada a culpa exclusiva de JOAQUINA. Efetivada a citação em 17.09.2015 e após regular trâmite do processo, a sentença foi proferida em 16.10.2016, condenando JOAQUINA ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de ressarcimento pelos danos materiais e R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de compensação por danos morais em favor de PHELOMENA. Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A fixação de juros moratórios está compreendida no pedido principal e, nesse caso, seu termo inicial deve ser a data da citação da Ré.
- B) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde o evento danoso.
- C) Ainda que não haja pedido expresso da parte Demandante, é possível a incidência de correção monetária sobre a indenização do dano moral, devendo fluir desde o arbitramento da condenação.
- D) Os juros de mora devem ser computados a partir de 16.10.2016, incidindo tanto sobre o valor de compensação imaterial, quanto sobre a quantia a ser paga a título de ressarcimento material, desde que haja pedido expresso da parte interessada.
- E) Tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios sobre o ressarcimento material devem fluir desde o dia 17.09.2015.

42. Sobre os institutos da prescrição e da decadência previstos no Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição e o juiz pode reconhecê-la de ofício.
  - B) É juridicamente possível renunciar à decadência fixada em lei.
  - C) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não gera efeitos sobre o fiador.
  - D) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
  - E) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários só beneficia os outros se a obrigação for divisível.
43. Considerando as disposições sobre o instituto da Ausência previstas no Código Civil Brasileiro, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. Pode ser declarada a ausência, e se nomear curador, quando o sujeito deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.
  - II. O cônjuge do ausente, mesmo que esteja separado de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
  - III. Se durante a posse provisória se provar a época exata do falecimento do ausente, considerar-se-á, nessa data, aberta a sucessão em favor dos herdeiros, que o eram àquele tempo.
  - IV. Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.
  - V. Qualquer herdeiro poder ser imitado desde logo na posse dos bens do ausente, independentemente do oferecimento de garantias de restituição.
- A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - C) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
  - D) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
44. Avalie as assertivas relacionadas às Pessoas Jurídicas de acordo com o Código Civil Brasileiro e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. É vedada a instituição de Fundação por meio de testamento.
  - II. Nas Associações, os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
  - III. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
  - IV. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
  - V. O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, não está sujeito à decadência.
- A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
  - C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
  - D) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
45. Acerca da impenhorabilidade do bem de família prevista na Lei 8.009/90, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.
- I. A Lei nº 8.009/90 aplica-se aos casos em que a penhora do bem foi realizada antes de sua vigência.
  - II. Não se enquadra no conceito de impenhorabilidade de bem de família o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas ou viúvas.
  - III. A impenhorabilidade do bem de família é oponível em qualquer processo de execução fiscal que envolva a cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas ou contribuições devidas em função do imóvel familiar.
  - IV. É impenhorável o único imóvel residencial do devedor mesmo que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
  - V. Tendo em vista a natureza autônoma da vaga de garagem com registro e matrícula própria, é possível sua penhora, ainda que esteja relacionada a bem de família.

- A) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- D) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- E) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

46. Avalie as assertivas relacionadas à investigação de paternidade (Lei 8.560/92) e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. É possível a legitimação e o reconhecimento de filho mediante declaração expressa na ata do casamento.
- II. Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris et de juri* de paternidade.
- III. O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento.
- IV. Julgada procedente a ação de investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação.
- V. Sempre que na sentença de primeiro grau se reconhecer a paternidade, nela se fixarão os alimentos provisionais ou definitivos do reconhecido que deles necessite.

- A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- D) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- E) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

47. Sobre os negócios jurídicos previstos no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de quatro anos, a contar da data de início do ato.
- B) O falso motivo sempre vicia a declaração de vontade, seja ou não expresso como razão determinante do negócio.
- C) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- D) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma delas poderá alegá-lo para anular o negócio ou para reclamar indenização.
- E) Nos casos de solidariedade ou indivisibilidade, o pronunciamento judicial de anulabilidade do negócio jurídico beneficia também aqueles que não a alegaram em juízo.

48. Avalie as assertivas referentes ao regime jurídico dos bens no Código Civil Brasileiro e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. As edificações que forem separadas do solo para remoção a outro local, mas conservem a sua unidade, não perdem o caráter de imóveis.
- II. O direito à sucessão aberta é considerado bem móvel para efeitos legais.
- III. Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- IV. O complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico, constitui universalidade de fato.
- V. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

- A) Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

49. Sobre o parcelamento do solo urbano, em conformidade com a Lei nº 6.766/1979, leia as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O lote poderá ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.
- II. Se um determinado lote situar-se em mais de uma circunscrição, caberá ao interessado processar simultaneamente, perante as diferentes circunscrições, diferentes pedidos de registro do mesmo loteamento.
- III. São irretroatáveis os compromissos de compra e venda, devidamente registrados, que atribuam direito à adjudicação compulsória e confirmam direito real oponível a terceiros.

- IV. Nas desapropriações, não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.
- V. É permitida a venda ou a promessa de venda de parcela de loteamento ou desmembramento não registrado, desde que haja expressa menção do fato no contrato.

- A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

50. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação decai em

- A) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis ou não duráveis.
- B) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- C) noventa dias, tratando-se do direito de ajuizar ação de prestação de contas com o escopo de obter esclarecimentos acerca da cobrança de taxas, tarifas e/ou encargos bancários.
- D) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- E) noventa dias, tratando-se de pretensão de reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.

51. Avalie as assertivas referentes aos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**

- I. As pessoas jurídicas de direito público gozam de prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual, inclusive a interposição de recursos.
- II. É cabível o litisconsórcio ativo nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- III. No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- IV. É cabível pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.
- V. É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- A) Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

52. Para um processo civil mais democrático e participativo, o Código de Processo Civil proíbe as chamadas “decisões-surpresa”. Dessa maneira, como regra, o juiz não pode proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Sobre a exigência do contraditório prévio, é **CORRETO** afirmar:

- A) O contraditório prévio é norma processual fundamental derivada do modelo constitucional de processo, pelo que não comporta exceções.
- B) Se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício, ainda não examinada, que devam ser considerados no julgamento do recurso, intimará as partes para que se manifestem no prazo de cinco dias; mas, se a constatação ocorrer durante a sessão de julgamento, esse terá prosseguimento regular, podendo as partes, no prazo de cinco dias após o julgamento, pedir ajustes ou esclarecimentos.
- C) O contraditório prévio é exigível em todas as hipóteses de tutela de evidência, dado que essa modalidade de tutela provisória não exige demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- D) Na ação monitória, sendo evidente o direito do autor, o juiz determinará a citação do réu e, não havendo pagamento em quinze dias, somente então deferirá a expedição do mandado de pagamento.
- E) A prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se, salvo na hipótese de improcedência liminar do pedido.

53. A competência cível dos juízos estaduais é residual porque ela é obtida por eliminação, ou seja, não sendo competência dos juízos especiais (trabalhista e eleitoral) nem do juízo comum federal, será competência do juízo estadual. Assim, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que compete aos juízos estaduais processar e julgar a seguinte causa:
- A) Ação proposta, pelo procedimento comum, em face de Conselho Regional de Fiscalização Profissional, postulando cancelamento de autuação e reparação de danos morais.
  - B) Ação do trabalhador segurado em face do Instituto Nacional do Seguro Social, postulando a concessão de benefícios decorrentes de acidente de trabalho.
  - C) Execução fiscal de contribuição devida pelo empregador ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
  - D) Ação civil pública proposta contra a União, quando, na comarca que abranja o local do dano, não houver Vara da Justiça Federal instalada.
  - E) Execução de sentença estrangeira concessiva de alimentos, após a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
54. Sobre as hipóteses de intervenção de terceiro no Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:
- A) As formas de intervenção de terceiros, previstas no Código de Processo Civil, são as seguintes: assistência (simples e litisconsorcial), denunciação da lide, chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, oposição e nomeação à autoria.
  - B) É obrigatória a denunciação da lide ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam.
  - C) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
  - D) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais.
  - E) A nomeação à autoria é cabível como forma de correção do polo passivo da ação.
55. Segundo o Código de Processo Civil, a estabilização da tutela provisória – que ocorre se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso – somente é possível na seguinte hipótese:
- A) Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
  - B) Tutela antecipada requerida em caráter incidental.
  - C) Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.
  - D) Tutela cautelar requerida em caráter incidental.
  - E) Tutela da evidência.
56. Considerando a Parte Geral do Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:
- A) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição voluntária.
  - B) A gratuidade da justiça compreende as despesas com publicação na imprensa oficial, mas não dispensa a publicação em outros meios.
  - C) O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, obrigatoriamente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.
  - D) É lícito às partes plenamente capazes, em qualquer caso, estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, desde que haja processo pendente.
  - E) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.
57. O Código de Processo Civil, para a fase cognitiva, não mais prevê os procedimentos ordinário e sumário, mas apenas o procedimento comum e os procedimentos especiais. Sobre o procedimento comum da fase cognitiva, é **CORRETO** afirmar:
- A) O juiz deverá indeferir a petição inicial quando verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
  - B) Como regra, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz citará o réu para contestar, no prazo de quinze dias, contados da juntada aos autos da prova da citação, sob pena de revelia.
  - C) Considera-se inepta a petição inicial quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
  - D) O réu não pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
  - E) Ao réu revel descabe a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, ainda que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

58. Em dada sentença de mérito, o juiz julgou procedente o pedido de cobrança fundado em determinado contrato. Na fundamentação, considerando as provas produzidas durante a instrução, afastou a defesa do réu que alegava que o contrato em questão era inválido. Considerando esse caso hipotético e as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA** sobre os limites objetivos da coisa julgada material.
- A) Como a resolução da questão sobre a validade do contrato não foi objeto de ação declaratória incidental, não poderá produzir coisa julgada material.
  - B) É possível que a resolução dada pelo juiz quanto à questão prejudicial da validade do contrato seja abrangida pela coisa julgada material, mesmo sem pedido expresso das partes.
  - C) A resolução da questão sobre a validade do contrato não pode ser alcançada pela coisa julgada material, pois, em caso contrário, haveria ofensa ao princípio da congruência entre pedido e decisão de mérito.
  - D) A resolução de questões prejudiciais jamais pode ser alcançada pela coisa julgada material.
  - E) Para que a resolução da questão sobre a validade do contrato fosse abrangida pela coisa julgada material, seria imprescindível que o autor o requeresse na oportunidade de impugnar a contestação.
59. Sobre os recursos e a ordem dos processos nos tribunais, de acordo com o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:
- A) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, tornam-se irrecorríveis, ressalvada a possibilidade de impetração de mandado de segurança contra o pronunciamento judicial.
  - B) Contra a decisão de julgamento antecipado parcial de mérito, cabe apelação.
  - C) O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção.
  - D) Não caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença.
  - E) Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade, salvo se os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, casos em que o prequestionamento será reputado ineficaz.
60. Acerca do cumprimento de sentença, nos termos do Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:
- A) A multa de 10% (dez por cento), bem como os honorários advocatícios de 10% (dez por cento), previstos para o caso de não ocorrer o pagamento voluntário, também incidem no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa.
  - B) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, desde que antes de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
  - C) No cumprimento definitivo de sentença condenatória, transcorrido o prazo de quinze dias, sem o pagamento voluntário, procede-se à penhora de tantos bens quanto bastem à garantia da execução, a partir de quando se inicia o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
  - D) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende os alimentos atuais, ou seja, as prestações alimentares que vencerem no curso do processo.
  - E) No cumprimento de sentença que reconheça exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, a decisão que fixa a multa (*astreintes*) não é passível de cumprimento provisório, pois o levantamento do valor somente pode ser realizado após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.



EM BRANCO